



Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo

PPA 2024-2027
Ano II • 2025

Volume II
Desempenho
por Programa



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA



Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo

PPA 2024-2027
Ano II • 2025

Volume II
Desempenho
por Programa



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

MINHA TERRA LEGAL

ACESSO À TERRA E GARANTIA DE DIREITOS NO CAMPO







JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

GERALDO JÚNIOR

Vice-Governador

MAURICIO WEIDGENANT

Chefe do Gabinete do Governador

AFONSO BANDEIRA FLORENCE

Secretário da Casa Civil

CEL. PM ADALBERTO OLIVEIRA PITON DA SILVA

Chefe da Casa Militar do Governador

BÁRBARA CAMARDELLI LOI

Procuradora Geral do Estado da Bahia

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Secretário do Planejamento

RODRIGO PIMENTEL DE SOUZA LIMA

Secretário da Administração

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Secretário da Fazenda

JOSÉ CARLOS SOUTO DE CASTRO FILHO

Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

PABLO RODRIGO BARROZO DOS ANJOS VALE

Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

FABYA DOS REIS SANTOS

Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

MARCIUS DE ALMEIDA GOMES

Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

MARCUS VINICIUS DI FLORA

Secretário de Comunicação Social

BRUNO GOMES MONTEIRO

Secretário de Cultura

ANGELO MARIO CERQUEIRA DE ALMEIDA

Secretário de Desenvolvimento Econômico

OSNI CARDOSO DE ARAÚJO

Secretário de Desenvolvimento Rural

JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA

Secretária de Desenvolvimento Urbano

ROWENNA DOS SANTOS BRITO

Secretária da Educação

SAULO FILINTO PONTES DE SOUZA

Secretário de Infraestrutura

LARISSA GOMES MORAES

Secretária de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

FELIPE DA SILVA FREITAS

Secretário de Justiça e Direitos Humanos

EDUARDO MENDONÇA SODRÉ MARTINS

Secretário do Meio Ambiente

NEUSA CADORE

Secretária de Políticas para as Mulheres

ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES

Secretária de Promoção da Igualdade Racial e
dos Povos e Comunidades Tradicionais

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA

Secretário de Relações Institucionais

MARCELO WERNER DERSCHUM FILHO

Secretário da Segurança Pública

ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA

Secretária da Saúde

AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

LUÍS MAURÍCIO BACELLAR BATISTA

Secretário de Turismo



JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Secretário de Planejamento – SEPLAN

DILMA SANTANA DE JESUS

Chefe de Gabinete – SEPLAN

JOSÉ ACÁCIO FERREIRA

Diretor Geral – SEI

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO

Superintendente de Gestão Estratégica – SGE

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA

Coordenador do Relatório

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE/SEPLAN

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO
Superintendente de Gestão Estratégica

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA
Diretor de Avaliação de Políticas Públicas

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
Diretora de Monitoramento Estratégico

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SPE/SEPLAN

RANIERI MURICY BARRETO
Superintendente de Planejamento Estratégico

NICIA MOREIRA DA SILVA SANTOS
Diretora de Planejamento de Políticas Sociais

THIAGO REIS GÓES
Diretor de Planejamento de Políticas Públicas Econômica e de Infraestrutura

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO – SPO/SEPLAN

NINON FONSECA DA SILVA FERNANDES
Superintendente de Orçamento Público - SPO

CÉSAR BARBOSA
Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária

CINTIA MARIA DEIRÓ
Diretora de Programação Orçamentária - Área Institucional

LUIZ CARLOS GUIMARÃES C. LIMA JÚNIOR
Diretor de Programação Orçamentária das Áreas Econômica e de Infraestrutura

ROSANA SANTANA DOURADO
Diretora de Programação Orçamentária - Área Social

SUPERINTENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS –SPF/SEPLAN

LUIZA AMÉLIA GUEDES MACHADO MELLO
Superintendente de Captação de Recursos Financeiros

PAULO TADEU GASPAR DE FREITAS
Diretor de Operações de Crédito

LEONARDO ANDRADE RIBEIRO
Diretor de Transferências da União e Parcerias Financeiras

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS – CEPT/SEPLAN

THIAGO DOS SANTOS XAVIER
Coordenador Executivo

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA - SEI

JOSÉ ACÁCIO FERREIRA
Diretor Geral

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO
Diretor de Indicadores e Estatística

RODRIGO BARBOSA DE CERQUEIRA
Diretor de Pesquisas

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA

Coordenador do Relatório

TÉCNICOS DA SEPLAN

ADRIANO SAMPAIO LEÃO

ALACIR DANTAS

ALEXANDRE SANTOS RIBEIRO

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA

DAIANNA SANTOS RIGAUD

CARLOS ALEXANDRE BARROS DOS SANTOS

DANIELA TOSTA DE BRITO SENNA

EDUARDO AUGUSTO SANTOS BRITO

EDNA SILVA CONCEIÇÃO

ENÉZIO DE DEUS SILVA JÚNIOR

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN

HILBERTO CRUZ DO CARMO

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA

JOÃO TEIXEIRA DOS SANTOS

JORGE ALEXANDRE ROSA DE MOURA

JOSÉ LANDIM FILHO

LARA SOUSA MATOS

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS

LUIZ CARLOS SANTANA FILHO

MÁGILA SOUZA SANTOS

MARCELO MENEZES CORDEIRO

MARIA DALVA MOTA CUNHA

MATHEUS SENA

NATACHA DALTRO BASTOS

PATRÍCIA OLIVEIRA BORGES DA SILVA ALMEIDA

SAANE SANTANA TANCREDO NOGUEIRA

SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO

SIDNEY SILVA SANTOS

VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO

VERENA DE CARVALHO RAMOS

TÉCNICOS DA SEI

ARTHUR SOUZA CRUZ JÚNIOR

CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO

CAROL VIEIRA

DENIS VELOSO

ELISSANDRA ALVES BRITO

GABRIEL OLIVEIRA BARBOSA

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO

LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO

LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIEIRA

MARÍLIA JANE CAMPOS

ROSANGELA CONCEIÇÃO

COLABORADORES

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA

Assessor de Planejamento e Gestão

KALYANNE BRAZ AYRES MENDES

Diretora Geral da Seplan

LUCAS PONDÉ

Assessor de Comunicação da Seplan

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB

ARINO HENRIQUE SANTOS OLIVEIRA

DANIEL ABREU NETTO

ERICO ROGERIO VASCONCELOS RIBEIRO

GRIMALDO LOPES DE OLIVEIRA

MARCELO JORGE PEREIRA DA LUZ

MARCIO OLIVEIRA DA FRANCA

NAÉLITON ALVES DE SOUSA

ASSESSORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – APG

LITZA GUIMARÃES LOPES
Casa Civil

MAURO VIRGÍLIO CAMPOS DE OLIVEIRA
Procuradoria Geral do Estado da Bahia – PGE

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA
Secretaria do Planejamento – SEPLAN

WILSON MOREIRA CARDOSO
Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA FILHO
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ

RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS MAGALHÃES
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

GABRIELE BATISTA VIEIRA
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH

FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA BASTOS
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES

SIMONE MARIA DE FIGUEIREDO SOUZA ARAÚJO
Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR

RONEY MARCOS PIRES OLIVEIRA
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e
Aquicultura – SEAGRI

DIEGO PITANGA DOS SANTOS
Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP

SUELI CARVALHO DE MIRANDA
Secretaria de Educação – SEC

NOEME PINTO COSTA CERQUEIRA
Secretaria de Comunicação Social – SECOM

EDSON VALADARES
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

CHARLES FAGUNDES
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT

FLÁVIA MARIA TENÓRIO BARBOSA DE DEUS BARROS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR

ROSE MARIE RAMOS GÓIS
Secretaria de Infraestrutura da Bahia – SEINFRA

EUMAN JODAFE NUNES FERNANDES
Secretaria do Meio Ambiente – SEMA

EVERALDO AUGUSTO DA SILVA
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPRMI

LUIZ LAVIGNE VASCONCELLOS FILHO
Secretaria de Relações Institucionais – SERIN

EMANUELE FIGUERÊDO BARBOSA
Secretaria da Saúde – SESAB

TIAGO SÁ TELES CORDEIRO
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE

RISETE MENDES
Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – SETUR

ANDREA CARVALHO
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS

LUCY CIRNE
Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM

SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES
Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia – SSP

SUMÁRIO

VOLUME II - Anexo I

DESEMPENHO POR PROGRAMA.....	13
1. Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo.....	13
1.1. Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP).....	13
1.1.2. Destaques das Ações de Governo.....	14
1.1.3. Desempenho dos Indicadores de Programa.....	15
1.1.3.1. Desempenho dos Indicadores de Programa – Oportunidade de Melhoria.....	17
1.1.4. Desempenho dos Indicadores de Compromisso.....	18
1.1.4.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria.....	24
1.1.5. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física.....	35
1.1.5.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria.....	46
1.1.5.2. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar (RP).....	53



DESEMPENHO POR PROGRAMA

Neste capítulo do Relatório de Avaliação, será apresentado de forma detalhada o desempenho do Programa do PPA 2024-2027 no ano corrente. Serão levados em consideração o Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP), a evolução dos Indicadores de Programa, a eficácia das metas dos Indicadores de Compromisso, o desempenho da execução orçamentária-financeira e da execução física das Ações orçamentárias. Adicionalmente, serão apresentadas as execuções orçamentário-financeiras e físicas de cada Território de Identidade. O relatório destaca também os principais resultados alcançados, evidenciando os avanços e conformidades, além das oportunidades de melhoria. A análise engloba o programa e seus componentes conforme o próximo tópico.

1. Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Eixo: 05 - Desenvolvimento Rural

Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Ementa: A alta concentração fundiária é um problema com implicações profundas para a justiça social, o desenvolvimento rural e a sustentabilidade ambiental. Diante desse cenário, o Programa tem como objetivo principal expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, visando à democratização dos espaços rurais e redução dos conflitos agrários. Almeja, ainda, ampliar a infraestrutura e serviços rurais para os assentamentos de reforma agrária, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações que vivem nessas áreas.

Órgãos	Indicadores de Programa	Compromissos	Indicadores de Compromisso	Iniciativas	Ações Orçamentárias
SDR	1	1	4	3	2

1.1. Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP)

O ISDP evidencia o desempenho do Programa em relação aos resultados alcançados e aos esforços realizados. O esforço é avaliado através da execução orçamentária-financeira e física das ações orçamentárias. Já a dimensão resultado analisa a efetividade expressa nos Indicadores de Programa e a

eficácia das metas dos Indicadores de Compromisso. O quadro a seguir apresenta o valor do Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP) em cada exercício do período quadrienal.

Indicador Sintético de Desempenho do Programa (ISDP)

Programas do PPA	Ano			
	2024		2025	
	Valor (%)	Conceito	Valor (%)	Conceito
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo	41.34	Baixo	19.78	Muito Baixo

1.1.2. Destaques das Ações de Governo

Os Destaques das Ações de Governo compreendem um resumo analítico destacando as realizações relevantes do ano e acumulado ao longo do PPA na execução do Programa temático. O quadro permite uma compreensão clara e sintética do progresso obtido em cada Programa e estimula a transparência na divulgação dos resultados alcançados.

Destaques das Ações de Governo

Órgão: SDR

Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Destaque: Regularização Fundiária de Agricultores Familiares e de Povos e Comunidades Tradicionais: 1.901 Títulos Emitidos

A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), através da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), tem intensificado suas ações de regularização fundiária, visando ampliar o acesso à terra e promover a segurança jurídica para agricultores familiares e comunidades tradicionais. Essa iniciativa é parte de uma estratégia maior para reorganizar a malha fundiária estadual e fortalecer a institucionalidade no meio rural. Segundo o Plano Plurianual (PPA), a meta é emitir 10.000 títulos em quatro anos. Porém, até o momento, foram emitidos 1.901 títulos, incluindo individuais e Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), representando apenas 19,01% da meta. Em 2024, foram concedidos 1.203 títulos individuais, enquanto em 2025, foram 694 títulos individuais e 4 CCDRU. Em termos orçamentários, em 2025, foram liquidados R\$ 2.316.290 para a ação de Regularização Fundiária. Esses esforços são essenciais para atingir as metas estabelecidas no PPA e promover a

inclusão e desenvolvimento no campo, garantindo que as comunidades rurais tenham maior segurança jurídica e acesso à terra, fatores cruciais para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Destaque: Crédito Fundiário: R\$120 Milhões Impulsionam Agricultura Familiar em 2025

Em 2025, a ação governamental focada no Apoio Técnico na Contratação e Aplicação de Recursos do Crédito Fundiário demonstrou impactos significativos na agricultura familiar brasileira. Com a liquidação de valores que somaram R\$ 120.188, a iniciativa possibilitou a realização de 705 unidades de apoio técnico, beneficiando diretamente 669 agricultores familiares. Este suporte foi essencial não só para facilitar o acesso ao crédito, mas também para garantir a gestão eficiente dos recursos e a elaboração de projetos adequados. A ação contribuiu para a redução de entraves burocráticos, ampliando a efetividade das contratações e fortalecendo a capacidade produtiva das famílias. Além disso, o apoio contínuo assegurou a sustentabilidade dos investimentos realizados, prevenindo a inadimplência e promovendo resultados duradouros. A iniciativa destacou-se por promover a inclusão social, democratizando o acesso à terra, especialmente para grupos tradicionalmente marginalizados, como agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais. Com o suporte técnico adequado, as famílias puderam estruturar melhor sua produção, gerar renda e melhorar sua qualidade de vida, fortalecendo assim a agricultura familiar como um todo. Outro impacto relevante foi a contribuição para a consolidação da regularização fundiária, ao apoiar a formalização dos processos de posse e uso da terra, proporcionando segurança jurídica e estabilidade para os beneficiários. Dessa forma, o crédito fundiário afirmou-se como uma ferramenta efetiva de inclusão social e desenvolvimento sustentável, com um impacto positivo e duradouro para as comunidades atendidas. A execução da iniciativa, portanto, não apenas atingiu os objetivos propostos, mas também destacou a importância de políticas públicas integradas que aliam assistência técnica e acesso a recursos financeiros para o fortalecimento do setor agrícola familiar.

I.1.3. Desempenho dos Indicadores de Programa

A evolução dos Indicadores de Programa é determinada pela comparação entre o valor apurado e o valor de referência do indicador. Para indicadores com polaridade positiva, quando ocorre um aumento ou crescimento no valor apurado, houve uma evolução positiva. Por outro lado, para indicadores com polaridade negativa, quando ocorre uma diminuição no valor apurado, isso também representa uma evolução positiva. No entanto, quando indicadores com polaridade positiva mostram uma diminuição no valor apurado, isso caracteriza uma evolução negativa. Da mesma forma, para indicadores com polaridade negativa que revelam um aumento no valor apurado, isso representa uma evolução negativa. Se o valor apurado for igual ao valor de referência, a evolução é considerada constante. O indicador é considerado apto para a avaliação quando é possível avaliar sua evolução. No atual exercício, o quadro a seguir apresenta a situação e a evolução dos Indicadores de Programa do PPA 2024-2027.

Evolução dos Indicadores de Programa

Programas do PPA/Ano	Situação para Avaliação			Evolução (%)			Não
	Total	Aptos	Não Aptos	Positiva	Constante	Negativa	

415-Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

2024	2	2	0	50,00	0,00	50,00	0,00
2025	1	1	0	0,00	0,00	100,00	0,00

Visando qualificar as informações obtidas na apuração, a evolução do Indicador de Programa é explicada a partir da indicação do principal motivo que influenciou ou justificou seu comportamento no exercício de análise, considerando a evolução positiva, negativa ou constante. O quadro a seguir apresenta a frequência de motivos contributivos para a evolução positiva do conjunto de Indicadores de Programas do PPA em cada exercício do período quadrienal.

Motivos que contribuíram para a evolução positiva do Indicador de Programa

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
Oportunidades/Parcerias/Adesões que viabilizaram a realização das ações	1 (100,00%)	-

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para a evolução negativa ou constante do conjunto de Indicadores do Programa do PPA, nos exercícios do período quadrienal

Motivos que contribuíram para a evolução negativa ou constante do Indicador de Programa

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
Subregistros/Erros/Dificuldades na Apuração	-	1 (100,00%)
Impedimentos de Ordem Operacional	1 (100,00%)	-

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

1.1.3.1. Desempenho dos Indicadores de Programa – Oportunidade de Melhoria

Por outro lado, é de suma importância destacar no relatório de avaliação de desempenho da execução do Plano Plurianual (PPA) as oportunidades de melhoria identificadas na execução dos programas. Esse destaque proporciona uma visão mais abrangente e realista da efetividade das ações e projetos implementados, permitindo, assim, um aprimoramento contínuo no planejamento e execução das políticas públicas. Através da identificação dessas oportunidades de melhoria, é possível corrigir possíveis desvios e falhas no processo de execução do PPA, garantindo maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos. Além disso, o destaque dessas oportunidades de melhoria estimula a transparência e a prestação de contas, demonstrando a preocupação em garantir que o PPA atinja seus objetivos de forma mais efetiva. Ao destacar as oportunidades de melhoria no relatório de avaliação de desempenho, também é possível que os gestores e responsáveis pela execução dos programas tomem conhecimento dessas lacunas e possam propor soluções e ações corretivas adequadas. Isso contribui para aprimorar a qualidade da execução, promovendo um ciclo virtuoso de aprendizado e aperfeiçoamento contínuo. Neste contexto, o quadro a seguir mostra o desempenho dos indicadores de Programa do PPA, que se apresentaram com desempenho insuficiente, decréscimo, não conformidade ou dificuldade encontrada quanto à sua execução ou resultado apresentado, no exercício corrente.

Evolução do Indicador de Programa – Oportunidades de Melhoria

Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Indicador de Programa: 2182 - Número de famílias com áreas individuais e coletivas regularizadas

Polaridade	Unidade de Medida	Classificação	Ano Referência	Valor de Referência	Valor Apurado		Evolução (%)	
					2024	2025	2024	2025
Positiva	unidade	Produto	2022	1.514,00	133,82	694,00	-91,16	-54,16

Motivo da Evolução

Ano	Motivo	Detalhamento do Motivo
2024	Oportunidades/Parcerias/Adesões que viabilizaram a realização das ações	A execução nos últimos anos estavam aquém do necessários, em 2024 foi possível seguir um fluxo mais adequado à realidade da estrutura disponível.
2025	Subregistros/Erros/Dificuldades na Apuração	A situação do indicador foi influenciada por subregistros e dificuldades na apuração, decorrentes de erros técnicos recorrentes nos processos encaminhados pelas empresas executoras da regularização fundiária, o que gerou retrabalho

e atrasos na consolidação dos dados. A SDA vem adotando medidas de capacitação das entidades contratadas com vistas à qualificação dos processos e à melhoria da apuração dos resultados.

1.1.4. Desempenho dos Indicadores de Compromisso

A eficácia compreende a verificação, em cada exercício do PPA, do percentual de atingimento da meta do exercício em relação ao valor apurado e planejado do Indicador de Compromisso, com base nas informações registradas no processo de acompanhamento. Após os cálculos da eficácia, os resultados são agrupados por faixas de desempenho. Assim, se a eficácia for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90% e menor ou igual a 130%, é considerado ótimo; e se for maior que 130%, é considerado desempenho indeterminado. O indicador de compromisso é considerado apto para a avaliação quando é possível avaliar o seu desempenho. O quadro a seguir apresenta a situação do indicador em relação a sua disponibilidade para avaliação e o desempenho do conjunto de Indicadores de Compromisso de cada Programa do PPA 2024-2027, no exercício corrente.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programas do PPA/Ano	Situação para Avaliação			Desempenho (%)						Não Apto (%)
	Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo										
2024	5	5	0	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	20,00	0
2025	4	4	0	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0

Visando qualificar as informações obtidas na apuração, a evolução do Indicador de Compromisso deverá ser explicada a partir da indicação do principal motivo que influenciou ou justificou seu comportamento no exercício de análise, segundo seu desempenho, desdobrados em motivos da superação e

motivos do não atingimento. O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para o atingimento do valor planejado das metas dos Indicadores de Compromisso, em cada exercício do período quadrienal (nos anos I, II e III, o parâmetro utilizado como valor planejado do indicador é o valor da pretensão anual e no ano IV, é o valor da meta do PPA).

Motivos que contribuíram para superar o valor planejado do Indicador de Compromisso

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo		
OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO DE ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO	1 (100,00%)	

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para o não atingimento do valor planejado das metas dos Indicadores de Compromissos, em cada exercício do período quadrienal (nos anos I, II e III, o parâmetro utilizado como valor planejado do indicador é o valor da pretensão anual e no ano IV, é o valor da meta do PPA)

Motivos que contribuíram para o não atingimento do valor planejado do Indicador de Compromisso

Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo		
IMPEDIMENTOS DE ORDEM OPERACIONAL	3 (75,00%)	2 (50,00%)
AÇÕES EM PROCESSO DE EXECUÇÃO/ AINDA NÃO PLENAMENTE IMPLEMENTADAS	-	1 (25,00%)
DIFICULDADES DE ÂMBITO INSTITUCIONAL	-	1 (25,00%)
IMPEDIMENTOS DE ORDEM LEGAL/ CONTRATUAL	1 (25,00%)	-

Fonte: Fiplan, elaboração DAV/SGE/SEPLAN

A regionalização das metas do Plano Plurianual (PPA) visa garantir que as políticas públicas sejam adaptadas às especificidades de cada Território de Identidade. Essa regionalização permite que os recursos sejam distribuídos de maneira mais equitativa, atendendo às necessidades locais e promovendo o desenvolvimento regional. Isso também facilita o monitoramento e a avaliação dos resultados, assegurando que as ações planejadas estejam realmente contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população em cada território. O Quadro a seguir demonstra o total de indicadores com metas territorializadas e seu desempenho. O normativo legal orienta que a meta seja regionalizada, contudo, quando isto não é possível em função de indivisibilidade da ação governamental, atribui-se o Estado como unidade territorial, que deve representar uma exceção. As faixas para os conceitos no nível territorial foram estabelecidas com base na aplicação dos percentuais das faixas da meta global sobre uma projeção de atingimento de pelo menos 25% da meta territorial no primeiro ano do PPA, 50% no segundo, 75% no terceiro e 100% no último ano do PPA.

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)	
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado		
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo												
Bacia do Jacuípe	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0	0,00
Bacia do Jacuípe	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Bacia do Paramirim	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0	0,00
Bacia do Paramirim	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Bacia do Rio Corrente	2024	5	5	0	60	0	0	0	0	0	40	0,00
Bacia do Rio Corrente	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Bacia do Rio Grande	2024	5	5	0	60	0	0	0	0	0	40	0,00
Bacia do Rio Grande	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Baixo Sul	2024	5	5	0	80	0	20	0	0	0	0	0,00

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo											
Baixo Sul	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00
Chapada Diamantina	2024	5	5	0	80	0	20	0	0	0	0,00
Chapada Diamantina	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00
Costa do Descobrimento	2024	5	5	0	60	0	0	20	0	20	0,00
Costa do Descobrimento	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00
Extremo Sul	2024	5	5	0	80	0	0	0	0	20	0,00
Extremo Sul	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00
Irecê	2024	5	5	0	60	0	0	0	0	40	0,00
Irecê	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00
Itaparica	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0,00
Itaparica	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00
Litoral Norte e Agreste Baiano	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0,00
Litoral Norte e Agreste Baiano	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00
Litoral Sul	2024	5	5	0	60	0	20	0	0	20	0,00
Litoral Sul	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)	
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado		
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo												
Metropolitano de Salvador	2024	5	5	0	60	0	0	0	40	0	0,00	
Metropolitano de Salvador	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00	
Médio Rio de Contas	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0,00	
Médio Rio de Contas	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00	
Médio Sudoeste da Bahia	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0,00	
Médio Sudoeste da Bahia	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00	
Piemonte Norte do Itapicuru	2024	5	5	0	80	20	0	0	0	0	0,00	
Piemonte Norte do Itapicuru	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00	
Piemonte da Diamantina	2024	5	5	0	80	0	0	0	0	20	0,00	
Piemonte da Diamantina	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00	
Piemonte do Paraguaçu	2024	5	5	0	80	0	0	0	0	20	0,00	
Piemonte do Paraguaçu	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00	
Portal do Sertão	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0,00	
Portal do Sertão	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	100,00	
Recôncavo	2024	5	5	0	80	0	0	0	0	20	0,00	

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)	
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado		
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo												
Recôncavo	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Semiárido Nordeste II	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0	0,00
Semiárido Nordeste II	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Sertão Produtivo	2024	5	5	0	60	0	0	0	0	0	40	0,00
Sertão Produtivo	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Sertão do São Francisco	2024	5	5	0	80	0	0	0	0	0	20	0,00
Sertão do São Francisco	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Sisal	2024	5	5	0	100	0	0	0	0	0	0	0,00
Sisal	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Sudoeste Baiano	2024	5	5	0	80	0	0	0	0	0	20	0,00
Sudoeste Baiano	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Vale do Jiquiriçá	2024	5	5	0	80	0	0	0	0	0	20	0,00
Vale do Jiquiriçá	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00
Velho Chico	2024	5	5	0	60	0	20	0	0	0	20	0,00
Velho Chico	2025	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	100,00

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Ano	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)
		Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	

415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

1.1.4.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria

Em contraponto ao apresentado na seção anterior. O quadro a seguir mostra o Indicador de Compromisso com desempenho inferior a 70% ou superior a 130%. São os indicadores considerados com desempenho regular, baixo, muito baixo ou indeterminado. Além disso, o Quadro também mostra a execução orçamentário-financeira e física das ações orçamentárias associadas às iniciativas do Indicador de Compromisso, apresentando o seu desempenho e evidenciando a compatibilidade ou incompatibilidade entre o desempenho do Indicador de Compromisso e a execução das ações orçamentárias. O Quadro também apresenta o montante de recursos associados ao Indicador de Compromisso, as características desse indicador, bem como o comportamento da regionalização da meta e os motivos que contribuíram para o seu alcance no ano, assim como o cumprimento da Meta do PPA. As oportunidades de melhoria são evidenciadas caso a eficácia não seja classificada como boa ou ótima.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Compromisso: 1 - Expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais

Indicador de compromisso: 0001 - Número de propostas contratadas das famílias assessoradas para o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF

Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
Positiva	un	Produto	2022	189,00	2.000,00

Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira	
						Conceito	Compatibilidade
2024	200,00	76,00	38,00	Baixo	78,13	Muito Baixo	Sim
2025	600,00	144,00	24,00	Muito Baixo	120,19	Muito Baixo	Sim

Ano	Motivo da Evolução	Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado
2024	IMPEDIMENTOS DE ORDEM OPERACIONAL	A redução significativa da equipe técnica da CRA/SDA/SDR, se comparado aos anos anteriores, bem como a alteração de normativas e legislações impactaram diretamente na queda das contratações, bem como, na qualidade da execução dos serviços prestados pelas empresas de ATER, responsáveis pela qualificação dos Projetos Técnicos do PNCF, antes, durante e pós contratação conforme as legislações pertinentes ao Programa.
2025	DIFICULDADES DE ÂMBITO INSTITUCIONAL	O valor apurado no exercício foi influenciado por dificuldades de âmbito institucional relacionadas ao fluxo de análise e contratação das propostas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Embora a Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) atue na assessoria às famílias para a elaboração e instrução dos processos, a etapa de avaliação, aprovação e contratação das propostas é de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, o que demanda alinhamento de procedimentos, cumprimento de requisitos técnicos e observância de prazos específicos. Essa dinâmica institucional, aliada à complexidade dos processos de contratação, impactou o ritmo de formalização das propostas, dificultando a evolução do indicador em relação à meta planejada no PPA.

Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta

O valor apurado no ano em relação à Meta do Indicador do PPA evidencia desempenho muito abaixo do planejado, considerando a meta de 2.000 propostas contratadas no período. Em 2024 foram contratadas 76 propostas, e 68 em 2025, totalizando 144 propostas, o que corresponde a 7,2% da meta prevista. Esse resultado reflete, principalmente, a dependência da etapa de avaliação e contratação pela Caixa Econômica Federal, que extrapola a esfera de atuação da SDA, restringindo a capacidade de execução do indicador e limitando sua evolução em relação à meta estabelecida.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso

Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025
Bacia do Jacuípe	-	-	0,00	-	-
Bacia do Paramirim	-	-	0,00	-	-
Bacia do Rio Corrente	-	-	0,00	-	-

Bacia do Rio Grande	-	-	0,00	-	-
Baixo Sul	-	-	16,00	-	-
Chapada Diamantina	-	-	0,00	-	-
Costa do Descobrimento	-	-	0,00	-	-
Extremo Sul	-	-	0,00	-	-
Irecê	-	-	0,00	-	-
Itaparica	-	-	0,00	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano	-	-	19,00	-	-
Litoral Sul	-	-	51,00	-	-
Metropolitano de Salvador	-	-	24,00	-	-
Médio Rio de Contas	-	-	0,00	-	-
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	0,00	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru	-	-	0,00	-	-
Piemonte da Diamantina	-	-	0,00	-	-
Piemonte do Paraguaçu	-	-	0,00	-	-
Portal do Sertão	-	-	0,00	-	-
Recôncavo	-	-	0,00	-	-
Semiárido Nordeste II	-	-	13,00	-	-
Sertão Produtivo	-	-	0,00	-	-
Sertão do São Francisco	-	-	0,00	-	-

Sisal	-	-	10,00	-	-
Sudoeste Baiano	-	-	0,00	-	-
Vale do Jiquiriçá	-	-	11,00	-	-
Velho Chico	-	-	0,00	-	-

Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso

Nome da Iniciativa	Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
	2024	2025	2024	2025
0001 - Prestar assessoria às famílias para a contratação e pós-contratação dos recursos de crédito fundiário e complementares à reforma agrária	Muito Baixo	Muito Baixo	Baixo	Muito Baixo

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Compromisso: 1 - Expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais

Indicador de compromisso: 0002 - Número de famílias assessoradas pós-contratação do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF)

Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
Positiva	un	Produto	2022	3.384,00	3.500,00

Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira	
						Conceito	Compatibilidade
2024	1.000,00	1.434,00	143,40	Indeterminado	78,13	Muito Baixo	Não
2025	3.434,00	2.139,00	62,29	Regular	120,19	Muito Baixo	Não

Ano	Motivo da Evolução	Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado
-----	--------------------	--

2024	OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO	DE	Implementação de Plano Estratégico voltado para a otimização de tempo, recursos financeiros e humanos durante a execução das ações necessárias da CRA/SDA/SDR.
2025	AÇÕES EM PROCESSO DE EXECUÇÃO/ AINDA NÃO PLENAMENTE IMPLEMENTADAS		As ações em processo de execução e ainda não plenamente implementadas influenciaram diretamente a evolução da meta, uma vez que parte significativa das atividades necessárias ao alcance do indicador encontra-se em fase de implementação, com resultados ainda em consolidação. Embora tenham sido registrados avanços parciais, os efeitos plenos dessas ações tendem a se materializar nos próximos exercícios, à medida que as etapas operacionais e técnicas sejam concluídas, contribuindo para a aceleração da execução e o atingimento integral da meta estabelecida.

Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta

O valor apurado do indicador demonstra avanço consistente em relação à meta estabelecida no Plano Plurianual (PPA). Com 2.139 famílias assessoradas até o momento, o desempenho alcançado representa mais de 60% do total previsto, indicando boa aderência da execução ao planejamento estratégico. O resultado sinaliza capacidade de entrega da iniciativa e cria uma trajetória favorável para o cumprimento da meta ao longo do ciclo do PPA, desde que mantidas as condições operacionais e o ritmo de execução nos próximos exercícios.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso

Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025
Bacia do Jacuípe	-	-	0,00	-	-
Bacia do Paramirim	-	-	0,00	-	-
Bacia do Rio Corrente	-	-	247,00	-	-
Bacia do Rio Grande	-	-	51,00	-	-
Baixo Sul	-	-	70,00	-	-
Chapada Diamantina	-	-	30,00	-	-
Costa do Descobrimento	-	-	273,00	-	-
Extremo Sul	-	-	125,00	-	-
Irecê	-	-	55,00	-	-
Itaparica	-	-	0,00	-	-

Litoral Norte e Agreste Baiano	-	-	130,00	-	-
Litoral Sul	-	-	197,00	-	-
Metropolitano de Salvador	-	-	58,00	-	-
Médio Rio de Contas	-	-	1,00	-	-
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	50,00	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru	-	-	36,00	-	-
Piemonte da Diamantina	-	-	27,00	-	-
Piemonte do Paraguaçu	-	-	118,00	-	-
Portal do Sertão	-	-	1,00	-	-
Recôncavo	-	-	69,00	-	-
Semiárido Nordeste II	-	-	34,00	-	-
Sertão Produtivo	-	-	114,00	-	-
Sertão do São Francisco	-	-	99,00	-	-
Sisal	-	-	72,00	-	-
Sudoeste Baiano	-	-	75,00	-	-
Vale do Jiquiriçá	-	-	58,00	-	-
Velho Chico	-	-	149,00	-	-

Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso

Nome da Iniciativa	Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
	2024	2025	2024	2025

0001 - Prestar assessoria às famílias para a contratação e pós-contratação dos recursos de crédito fundiário e complementares à reforma agrária

Muito Baixo

Muito Baixo

Baixo

Muito Baixo

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Compromisso: 1 - Expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais

Indicador de compromisso: 0003 - Número de títulos individuais e coletivos de propriedade da terra

Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
Positiva	un	Produto	2022	3.397,00	10.200,00

Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira	
						Conceito	Compatibilidade
2024	2.500,00	1.203,00	48,12	Baixo	1.151,16	Regular	Sim
2025	3.203,00	1.901,00	59,35	Regular	2.316,29	Ótimo	Não

Ano	Motivo da Evolução	Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado
2024	IMPEDIMENTOS DE ORDEM OPERACIONAL	Falta de pessoal. Em virtude da falta de técnicos contratados, não foi possível alcançar o valor da meta.

2025 IMPEDIMENTOS DE ORDEM OPERACIONAL
 A análise do resultado deve considerar, contudo, os condicionantes operacionais que impactaram a execução inicial do indicador, especialmente a redução do quadro técnico da SDA até 2024 e o caráter plurianual dos processos de regularização fundiária. As medidas adotadas em 2025, com a contratação de novos profissionais via regime REDA e sua capacitação para atuação em campo, tendem a ampliar a capacidade de execução e a acelerar a emissão de títulos, criando condições para a recomposição do desempenho do indicador e o alcance da meta estabelecida no PPA ao longo dos próximos exercícios.

Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta

O valor apurado até o momento, correspondente a 1.901 títulos emitidos, representa 19,01% da meta do indicador do PPA, fixada em 10.000 títulos no ciclo de quatro anos. Esse desempenho indica que, embora haja avanços na execução da iniciativa, o ritmo de titulação encontra-se abaixo do patamar médio necessário para o cumprimento integral da meta ao final do período, sinalizando a necessidade de intensificação das ações nos exercícios subsequentes. A análise do resultado deve considerar, contudo, os condicionantes operacionais que impactaram a execução inicial do indicador,

especialmente a redução do quadro técnico da SDA até 2024 e o caráter plurianual dos processos de regularização fundiária. As medidas adotadas em 2025, com a contratação de novos profissionais via regime REDA e sua capacitação para atuação em campo, tendem a ampliar a capacidade de execução e a acelerar a emissão de títulos, criando condições para a recomposição do desempenho do indicador e o alcance da meta estabelecida no PPA ao longo dos próximos exercícios.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso					
Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025
Bacia do Jacuípe	-	-	9,00	-	-
Bacia do Paramirim	-	-	5,00	-	-
Bacia do Rio Corrente	-	-	362,00	-	-
Bacia do Rio Grande	-	-	570,00	-	-
Baixo Sul	-	-	7,00	-	-
Chapada Diamantina	-	-	47,00	-	-
Costa do Descobrimento	-	-	20,00	-	-
Extremo Sul	-	-	38,00	-	-
Irecê	-	-	195,00	-	-
Itaparica	-	-	15,00	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano	-	-	24,00	-	-
Litoral Sul	-	-	13,00	-	-
Metropolitano de Salvador	-	-	4,00	-	-
Médio Rio de Contas	-	-	2,00	-	-
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	9,00	-	-

Piemonte Norte do Itapicuru	-	-	20,00	-	-
Piemonte da Diamantina	-	-	4,00	-	-
Piemonte do Paraguaçu	-	-	8,00	-	-
Portal do Sertão	-	-	7,00	-	-
Recôncavo	-	-	15,00	-	-
Semiárido Nordeste II	-	-	35,00	-	-
Sertão Produtivo	-	-	147,00	-	-
Sertão do São Francisco	-	-	25,00	-	-
Sisal	-	-	153,00	-	-
Sudoeste Baiano	-	-	19,00	-	-
Vale do Jiquiriçá	-	-	24,00	-	-
Velho Chico	-	-	124,00	-	-

Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso

Nome da Iniciativa	Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
	2024	2025	2024	2025
0002 - Ampliar as ações de regularização fundiária	Regular	Ótimo	Baixo	Muito Baixo
0003 - Realizar capacitação para regularização fundiária e reforma agrária - Não programada na LOA	-	-	-	-

Eficiência das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Programa: 415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo

Compromisso: 1 - Expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais

Indicador de compromisso: 0005 - Número de famílias assentadas em assentamentos estaduais com Contratos de Concessão de Direito Real de Uso-CCDRU

Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
Positiva	un	Produto	2022	98,00	1.400,00

Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira	
						Conceito	Compatibilidade
2024	200,00	16,00	8,00	Muito Baixo	1.151,16	Regular	Não
2025	316,00	16,00	5,06	Muito Baixo	2.316,29	Ótimo	Não

Ano	Motivo da Evolução	Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado
2024	IMPEDIMENTOS DE ORDEM OPERACIONAL	A redução da equipe técnica de todos os setores da SDA/SDR, e a ausência de uma Legislação Estadual, dificultou a execução célere dos procedimentos necessários para a implementação dos Assentamentos, bem como do acompanhamento in loco e frequente às famílias vinculadas a área, o que aumenta significativamente as chances de surgimento de conflitos. A exemplo disso, só temos 01 Assentamento Estadual em fase de conclusão, que vem sendo implementado ao longo destes 15 últimos anos na Bahia.
2025	IMPEDIMENTOS DE ORDEM OPERACIONAL	A execução do indicador foi impedida por limitações de ordem operacional decorrentes da ausência de governabilidade da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) sobre a criação e gestão de assentamentos de reforma agrária, cuja competência é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa dependência institucional inviabilizou a adoção de medidas operacionais diretas pela SDA para a ampliação do número de famílias assentadas com CCDRU no período avaliado.

Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta

O valor apurado em relação à Meta do Indicador do PPA evidencia desempenho muito abaixo do planejado, considerando a meta de 1.400 famílias assentadas em assentamentos estaduais com Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Em 2024, foram assentadas 16 famílias, e em 2025 não houve registro de famílias assentadas, totalizando 16 famílias no biênio, o que corresponde a aproximadamente 1,1% da meta prevista. Ressalta-se que a execução desse indicador possui governabilidade limitada da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), uma vez que a criação e gestão de assentamentos de reforma agrária são de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa dependência institucional impacta diretamente o ritmo de execução e o alcance da meta estabelecida no PPA.

Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso

Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024	2025	2024	2025
Bacia do Jacuípe	-	-	0,00	-	-
Bacia do Paramirim	-	-	0,00	-	-
Bacia do Rio Corrente	-	-	0,00	-	-
Bacia do Rio Grande	-	-	0,00	-	-
Baixo Sul	-	-	0,00	-	-
Chapada Diamantina	-	-	0,00	-	-
Costa do Descobrimento	-	-	16,00	-	-
Extremo Sul	-	-	0,00	-	-
Irecê	-	-	0,00	-	-
Itaparica	-	-	0,00	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano	-	-	0,00	-	-
Litoral Sul	-	-	0,00	-	-
Metropolitano de Salvador	-	-	0,00	-	-
Médio Rio de Contas	-	-	0,00	-	-
Médio Sudoeste da Bahia	-	-	0,00	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru	-	-	0,00	-	-
Piemonte da Diamantina	-	-	0,00	-	-
Piemonte do Paraguaçu	-	-	0,00	-	-

Portal do Sertão	-	-	0,00	-	-
Recôncavo	-	-	0,00	-	-
Semiárido Nordeste II	-	-	0,00	-	-
Sertão Produtivo	-	-	0,00	-	-
Sertão do São Francisco	-	-	0,00	-	-
Sisal	-	-	0,00	-	-
Sudoeste Baiano	-	-	0,00	-	-
Vale do Jiquiriçá	-	-	0,00	-	-
Velho Chico	-	-	0,00	-	-

Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso				
Nome da Iniciativa	Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)	
	2024	2025	2024	2025
0002 - Ampliar as ações de regularização fundiária	Regular	Ótimo	Baixo	Muito Baixo

1.1.5. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física

O índice de execução orçamentário-financeira é o percentual de execução orçamentário-financeira das Ações Orçamentárias, levando em consideração o valor liquidado em relação ao valor orçado ao final do exercício. Por outro lado, o Índice de Execução Física é o percentual de execução física das Ações Orçamentárias, calculado com base na quantidade programada na LOA e concluída (soma das entregas com e sem pendência) em relação à quantidade programada na LOA ao final do exercício. Durante a análise da execução orçamentária-financeira e física das Ações Orçamentárias, elas são agrupadas em faixas de desempenho. Dessa forma, se o índice de execução for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90%, é considerado ótimo. O quadro a seguir mostra o desempenho das execuções orçamentário-

financeira e física do conjunto das Ações orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027, em cada exercício do período quadrienal, distribuído entre os montantes de recursos orçamentários previstos e executados e as respectivas faixas de desempenho.

Execução Orçamentário-Financeira e Física por Programa do PPA

Programa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)						Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
							Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo																
2024	2.700,00	2.720,40	0,00	1.229,29	1.182,50	45,19	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
2025	2.094,00	3.274,56	0,00	2.436,48	2.436,48	74,41	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Para a análise de compatibilidade entre as realizações e os recursos aplicados, são utilizadas métricas que visam demonstrar se as execuções orçamentário-financeiras e físicas têm uma execução equilibrada. Nas Ações Orçamentárias em que houver diferença entre a execução orçamentário-financeira e física maior que 30%, será registrado um motivo explicativo que ocasionou a não compatibilidade. O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para a ocorrência de não compatibilidade entre as execuções orçamentário-financeiras e físicas do conjunto das Ações Orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027 em cada exercício do período quadrienal.

Motivos que contribuíram ou favoreceram para a não compatibilidade entre as execuções orçamentário-financeira e física dos Programas do PPA

Descrição do motivo	Frequência (%)	
	2024	2025

Quando a realização das atividades foi influenciada por situações de caráter operacional ou procedimental na execução da ação	-	1(100,00%)
---	---	------------

Em conformidade com a Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a política de desenvolvimento territorial da Bahia, o PPA 2024-2027 traz, além da regionalização das metas, uma abordagem territorial que considera a diversidade cultural, ambiental, econômica e social

existente no Estado, e que possibilitou a participação social no ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas. Neste contexto, na execução do PPA, os recursos orçamentários e financeiros devem ser alocados nos Territórios de Identidade, ou em seus municípios integrantes, exceto quando o gasto abrange todo o estado, tornando-o indivisível sob a perspectiva espacial. Portanto, o quadro a seguir mostra o desempenho das execuções orçamentárias e financeiras, bem como físicas, do conjunto das Ações orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027 nos Territórios de Identidade em cada exercício do período quadrienal. Ele distribui os montantes de recursos orçamentários previstos e executados, junto com as respectivas faixas de desempenho. A ausência de recursos financeiros destinados aos Territórios de Identidade, apesar da realização física, ocorre devido à alocação dos recursos financeiros no Território de Identidade Estado, embora as entregas tenham sido realizadas em diversos Territórios de Identidade.

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
				Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
Bacia do Jacuípe													
2024	2,11	2,11	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	0,01	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bacia do Paramirim													
2024	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	0,01	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bacia do Rio Corrente													
2024	1,86	1,86	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
2025	29,07	29,06	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
Bacia do Rio Grande													

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
				Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	554,67	453,23	81,71	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
2025	842,15	842,12	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Baixo Sul													
2024	3,52	3,52	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	50,00	0,00
2025	0,78	0,78	99,94	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Chapada Diamantina													
2024	11,00	11,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	143,63	143,07	99,61	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00
Costa do Descobrimento													
2024	7,50	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
2025	20,56	20,56	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Estado													
2024	765,45	78,13	10,21	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	754,32	120,19	15,93	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extremo Sul													

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
				Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	2,11	2,11	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00
2025	3,78	3,78	99,98	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irecê													
2024	60,63	60,63	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00
2025	17,40	17,40	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Itaparica													
2024	33,88	33,88	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	0,01	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Litoral Norte e Agreste Baiano													
2024	0,89	0,89	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	4,90	4,90	99,99	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Litoral Sul													
2024	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00
2025	0,28	0,28	99,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Metropolitano de Salvador													

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho										
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)					
				Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	
2024	811,50	392,92	48,42	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00
2025	1.143,21	983,64	86,04	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Médio Rio de Contas														
2024	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,89	0,89	99,97	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Médio Sudoeste da Bahia														
2024	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,01	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Piemonte Norte do Itapicuru														
2024	3,23	3,23	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00
2025	29,58	29,58	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Piemonte da Diamantina														
2024	76,26	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00
2025	1,22	1,22	99,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piemonte do Paraguaçu														

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho										
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)					
				Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	
2024	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00
2025	2,34	2,34	99,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Portal do Sertão														
2024	0,09	0,09	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00
2025	7,96	7,96	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Recôncavo														
2024	0,67	0,67	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00
2025	1,53	1,53	99,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Semiárido Nordeste II														
2024	76,26	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	7,90	7,90	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Sertão Produtivo														
2024	129,06	129,06	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
2025	89,76	86,54	96,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Sertão do São Francisco														

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
				Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	3,86	3,86	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	50,00	0,00	50,00	0,00
2025	109,50	104,47	95,41	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Sisal													
2024	154,75	31,00	20,03	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	4,68	4,68	99,99	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
Sudoeste Baiano													
2024	11,88	11,88	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	50,00	50,00
2025	42,48	7,00	16,48	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Vale do Jiquiriçá													
2024	0,89	0,89	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
2025	2,67	2,67	99,97	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Velho Chico													
2024	8,32	8,32	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	50,00	50,00	0,00
2025	13,91	13,91	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	50,00	0,00	50,00

Visando fornecer informações detalhadas sobre o comportamento da execução orçamentário-financeira e física no contexto dos objetivos do Programa, o quadro abaixo demonstra o desempenho dessa execução por Compromisso do Programa, evidenciando o desempenho agregado do conjunto de ações orçamentárias associadas ao Compromisso.

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Compromisso

Compromisso/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
415-C1 - Expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais									
2024	2.700,00	2.720,40	0,00	1.229,29	1.182,50	45,19	Baixo	39,09	Baixo
2025	2.094,00	3.274,56	0,00	2.436,48	2.436,48	74,41	Bom	24,19	Muito Baixo

A Iniciativa expressa a ação essencial do governo para consecução do Compromisso. Portanto, no quadro a seguir, são apresentados os dados sobre a execução orçamentário-financeira e física da Iniciativa, evidenciando o desempenho do conjunto das ações orçamentárias associadas à mesma.

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
415-C1 - I0001 - Prestar assessoria às famílias para a contratação e pós-contratação dos recursos de crédito fundiário e complementares à reforma agrária									
2024	200,00	720,40	0,00	78,13	78,13	10,85	Muito Baixo	38,09	Baixo
2025	94,00	754,32	0,00	120,19	120,19	15,93	Muito Baixo	23,50	Muito Baixo

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
415-C1 - I0002 - Ampliar as ações de regularização fundiária									
2024	2.500,00	2.000,00	0,00	1.151,16	1.104,37	57,56	Regular	40,10	Baixo
2025	2.000,00	2.520,23	0,00	2.316,29	2.316,29	91,91	Ótimo	24,87	Muito Baixo

O quadro a seguir mostra as iniciativas do programa para as quais houve programação de ação orçamentária. Assim, apresenta o relato sobre como essa iniciativa se relaciona com o alcance dos objetivos definidos nos Compromissos do Programa ou a situação da sua implementação.

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
415-C1 - I0001 - Prestar assessoria às famílias para a contratação e pós-contratação dos recursos de crédito fundiário e complementares à reforma agrária	
2024	Tendo em vista a expansão do acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Agrário – SDA, vem atuando na reordenação fundiária e de assentamento rural, complementar à Reforma Agrária através do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, bem como, de outras Políticas Públicas vinculadas a Reforma Agrária, prestando assessorias e apoios técnicos aos agricultores e assentados da reforma agrária. O resultado esperado é uma maior democratização no acesso e posse da terra, reduzindo assim a pobreza rural, gerando autonomia, oportunidades, qualidade de vida e fortalecimento da agricultura familiar.
2025	A execução da iniciativa contribui diretamente para o alcance do Compromisso ao assegurar a prestação de assessoria contínua às famílias, tanto na fase de contratação quanto no período posterior à obtenção dos recursos de crédito fundiário e das políticas complementares à Reforma Agrária. Esse acompanhamento técnico facilita o acesso ao crédito ao orientar os agricultores na elaboração de projetos e na gestão dos recursos, reduzindo entraves burocráticos e aumentando a efetividade das contratações. Além disso, o apoio pós-contratação garante a sustentabilidade dos investimentos, fortalecendo a capacidade produtiva das famílias, prevenindo a inadimplência e assegurando resultados duradouros. A iniciativa também promove a inclusão social ao ampliar a democratização do acesso à terra, especialmente para agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais historicamente marginalizadas. Com suporte técnico adequado, as famílias conseguem estruturar melhor

Iniciativas do Programa do PPA com Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
	sua produção, gerar renda e melhorar sua qualidade de vida, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar. Por fim, o acompanhamento favorece a consolidação da regularização fundiária, ao apoiar a formalização dos processos de posse e uso da terra, garantindo segurança jurídica e estabilidade. Dessa forma, o crédito fundiário se consolida como uma ferramenta efetiva de inclusão social e desenvolvimento sustentável, com impacto positivo e duradouro.
415-C1 - I0002 - Ampliar as ações de regularização fundiária	
2024	A outra estratégia utilizada pela SDR, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Agrário – SDA, para uma melhor reorganização da malha fundiária no estado, é a implementação de ações de Reforma Agrária e Regularização Fundiária. Estas ações resultam na titulação de áreas individuais de agricultores familiares, de áreas coletivas de povos e comunidades tradicionais e na discriminatória urbana de municípios. Estas e outras ações empreendidas pela SDA tem em vista a expansão do acesso à terra, ao tempo em que busca o fortalecimento institucional no meio rural, mediante a consolidação da malha fundiária do estado.
2025	A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA), vem ampliando as ações de regularização fundiária como estratégia para o cumprimento do compromisso de expandir o acesso à terra e promover a regularização fundiária de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais. As ações de Reforma Agrária e Regularização Fundiária contribuem para a reorganização da malha fundiária estadual, por meio da titulação de áreas individuais e coletivas, fortalecendo a segurança jurídica da posse e a consolidação institucional no meio rural. Considerando a meta estabelecida no Plano Plurianual (PPA) de emissão de 10.000 títulos no período de quatro anos, até o momento foram emitidos 1.901 títulos, entre títulos individuais e Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), o que corresponde a 19,01% da meta prevista. Em 2024, foram emitidos 1.203 títulos individuais, e em 2025, 694 títulos individuais e 4 CCDRU. Esse resultado reflete avanços na execução da iniciativa, porém também está associado às limitações operacionais identificadas até 2024, especialmente relacionadas à redução do quadro técnico da SDA. Em 2025, a realização de processo seletivo no regime REDA e a contratação de novos profissionais, atualmente em fase de capacitação técnica para atuação em campo, sinalizam o fortalecimento da capacidade institucional e criam condições para a aceleração do ritmo de titulação nos próximos exercícios, contribuindo para o alcance do compromisso ao longo do ciclo do PPA.

O quadro a seguir mostra as iniciativas do programa para as quais não houve programação de ação orçamentária nem de custo específico ou inespecífico no orçamento do ano. Assim, apresenta o relato sobre como essa iniciativa se relaciona com o alcance dos objetivos definidos nos Compromissos do Programa ou a situação da sua implementação.

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
415-C1 - I0003 - Realizar capacitação para regularização fundiária e reforma agrária	

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Iniciativa/Ano	Relato sobre a Iniciativa
2024	A reduzida qualificação das empresas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) credenciadas ao Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) tem impactado no resultado das ações empreendidas pela Superintendência de Desenvolvimento Agrário – DAS, evidenciando a necessidade de realizar capacitações que qualifiquem melhor essas empresas para o exercício das ações de regularização fundiária e reforma agrária no estado.
2025	Ao longo de 2025, a Superintendência de Desenvolvimento Agrário - SDA realizou seis capacitações voltadas aos procedimentos dos processos de Regularização Fundiária de Terras Devolutas. Das atividades promovidas, cinco ocorreram na sede da SDA e uma foi realizada no município de Cruz das Almas, ampliando o alcance das ações. O público-alvo contemplou consórcios, entidades, empresas cadastradas e credenciadas junto ao órgão, fortalecendo a integração institucional e a qualificação técnica dos parceiros envolvidos. Essas capacitações contribuem diretamente para a melhoria dos processos de regularização fundiária e para a expansão do acesso à terra no estado, reafirmando o compromisso da SDA com o desenvolvimento agrário e a justiça social.
415-C1 - I0004 - Articular com os órgão envolvidos a reativação do comitê permanente de mediação de conflitos fundiários	
2024	A Superintendência de Desenvolvimento Agrário – DAS vem envidando esforços para reativar o Comitê Permanente de Mediação de Conflitos, as articulações, mesmo precárias, já foram iniciadas e aguardam a adesão dos órgãos interessados. O resultado esperado é o Comitê em atividade.
415-C1 - I0005 - Elaborar anteprojeto de lei para atualização da legislação fundiária do Estado para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais	
2024	A iniciativa de elaborar anteprojeto de lei para atualização da legislação fundiária do Estado para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais não teve andamento no exercício de 2024, dado este que não impossibilita a expansão do acesso à terra e à regularização fundiária pela Superintendência de Desenvolvimento Agrário.

1.1.5.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria

Esta seção do relatório analisa as oportunidades de melhoria da execução orçamentário-financeira e física da ação orçamentária. Os quadros abaixo apresentam as ações orçamentárias que demonstraram alguma inconformidade na compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física ou desempenho Muito Baixo, Baixo ou Regular nos conceitos atribuídos a essas execuções. Esses quadros, também contemplam as ações que apresentaram compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física ou desempenho Bom ou Ótimo, porém, não houve a identificação da alocação de recursos liquidados e da entrega em pelo menos um Território de Identidade. Além disso, contempla, a ação governamental em que o

beneficiário foi indeterminado ou determinado, porém, não quantificado em pelo menos uma entrega. Essa análise permite verificar se a execução da ação orçamentária está em desacordo com o planejamento e identificar oportunidades para melhorar os processos da implementação da política pública.

Programa	415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo						
Compromisso	C1 - Expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais						
Iniciativa	I0001 - Prestar assessoria às famílias para a contratação e pós-contratação dos recursos de crédito fundiário e complementares à reforma agrária						
Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	5608 - Apoio Técnico na Contratação e Aplicação de Recurso do Crédito Fundiário						
Compatibilidade	Sim						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	200,00	720,40	0,00	78,13	78,13	10,85	Muito Baixo
2025	94,00	754,32	0,00	120,19	120,19	15,93	Muito Baixo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			946 - Apoio técnico realizado			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	3.694,00	3.765,00	131,00	522,00	1.434,00	38,09	Baixo
2025	300,00	3.000,00	0,00	0,00	705,00	23,50	Muito Baixo

Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade				
Território de Identidade	Quantidade Concluída		Valor liquidado	
	2024	2025	2024	2025
Bacia do Rio Corrente	173,00	74,00	-	-
Bacia do Rio Grande	51,00	-	-	-
Baixo Sul	48,00	22,00	-	-
Chapada Diamantina	26,00	4,00	-	-
Costa do Descobrimento	207,00	66,00	-	-
Estado	0,00	0,00	78,13	120,19
Extremo Sul	125,00	-	-	-
Irecê	55,00	-	-	-
Litoral Norte e Agreste Baiano	12,00	118,00	-	-
Litoral Sul	132,00	65,00	-	-
Metropolitano de Salvador	57,00	1,00	-	-
Médio Rio de Contas	0,00	1,00	-	-
Médio Sudoeste da Bahia	0,00	50,00	-	-
Piemonte Norte do Itapicuru	9,00	27,00	-	-
Piemonte da Diamantina	27,00	-	-	-
Piemonte do Paraguaçu	67,00	51,00	-	-
Portal do Sertão	0,00	1,00	-	-

Recôncavo	68,00	1,00	-	-
Semiárido Nordeste II	1,00	33,00	-	-
Sertão Produtivo	80,00	34,00	-	-
Sertão do São Francisco	55,00	44,00	-	-
Sisal	2,00	70,00	-	-
Sudoeste Baiano	74,00	1,00	-	-
Vale do Jiquiriçá	58,00	-	-	-
Velho Chico	107,00	42,00	-	-

Público Beneficiário

Público	Quantidade	
	2024	2025
Agricultor Familiar	1.429,00	669,00

Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-
2025	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-

Programa	415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo
Compromisso	C1 - Expandir o acesso à terra e a regularização fundiária para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais
Iniciativa	I0002 - Ampliar as ações de regularização fundiária

Prioridade da LDO	Não						
Ação Orçamentária	4130 - Regularização Fundiária para Agricultor Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais						
Compatibilidade	Não						
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)						
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito
2024	2.500,00	2.000,00	0,00	1.151,16	1.104,37	57,56	Regular
2025	2.000,00	2.520,23	0,00	2.316,29	2.316,29	91,91	Ótimo
Ano	Execução Física						
	Produto da Ação Orçamentária			1989 - Título/contrato de concessão direito real de uso emitido			
	Quantidade Inicial	Quantidade programada ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito
2024	3.000,00	3.000,00	10,00	0,00	1.203,00	40,10	Baixo
2025	2.550,00	2.807,00	2,00	0,00	698,00	24,87	Muito Baixo
Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00) e Física por Território de Identidade							
Território de Identidade		Quantidade Concluída		Valor liquidado			
		2024	2025	2024	2025		
Bacia do Jacuípe		8,00	1,00	2,11			0,00
Bacia do Paramirim		4,00	1,00	0,00			0,00
Bacia do Rio Corrente		331,00	31,00	1,86			29,06

Bacia do Rio Grande	294,00	276,00	453,23	842,12
Baixo Sul	5,00	2,00	3,52	0,78
Chapada Diamantina	12,00	35,00	11,00	143,07
Costa do Descobrimento	10,00	10,00	0,00	20,56
Extremo Sul	20,00	18,00	2,11	3,78
Irecê	161,00	34,00	60,63	17,40
Itaparica	15,00	0,00	33,88	0,00
Litoral Norte e Agreste Baiano	10,00	14,00	0,89	4,90
Litoral Sul	7,00	6,00	0,00	0,28
Metropolitano de Salvador	2,00	2,00	392,92	983,64
Médio Rio de Contas	1,00	1,00	0,00	0,89
Médio Sudoeste da Bahia	0,00	9,00	0,00	0,00
Piemonte Norte do Itapicuru	18,00	2,00	3,23	29,58
Piemonte da Diamantina	2,00	2,00	0,00	1,22
Piemonte do Paraguaçu	7,00	1,00	0,00	2,34
Portal do Sertão	5,00	2,00	0,09	7,96
Recôncavo	12,00	3,00	0,67	1,53
Semiárido Nordeste II	21,00	14,00	0,00	7,90
Sertão Produtivo	128,00	19,00	129,06	86,54
Sertão do São Francisco	15,00	10,00	3,86	104,47

Sisal	27,00	126,00	31,00	4,68
Sudoeste Baiano	16,00	3,00	11,88	7,00
Vale do Jiquiriçá	24,00	0,00	0,89	2,67
Velho Chico	48,00	76,00	8,32	13,91

Público Beneficiário

Público	Quantidade	
	2024	2025
Agricultor Familiar	0,00	698,00

Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	-
2025	Quando a realização das atividades foi influenciada por situações de caráter operacional ou procedimental na execução da ação	A defasagem observada entre a execução física (24,68% da meta anual) e a execução financeira (91,90%) decorre, principalmente, de fatores relacionados à capacidade operacional e às características do ciclo de implementação das ações de regularização fundiária. Embora tenha sido programada, para o exercício, a emissão de 2.807 títulos, foram efetivamente emitidos 694, refletindo limitações estruturais enfrentadas pela Superintendência de Desenvolvimento Agrário (SDA) até 2024, em especial a redução de seu quadro técnico, o que impactou diretamente a capacidade de execução em campo e o ritmo dos processos de titulação. Adicionalmente, a execução financeira está associada à realização de despesas voltadas ao fortalecimento da capacidade institucional e à preparação das ações finalísticas, tais como a contratação de pessoal por meio do regime REDA, a capacitação técnica das equipes, o planejamento territorial, os levantamentos de campo e as atividades de georreferenciamento. Ressalta-se, ainda, que o ciclo processual da regularização fundiária não coincide com o ciclo do exercício financeiro, uma vez que se trata de um processo complexo, sujeito a etapas técnicas, administrativas e a fatores externos, o que faz com que processos iniciados em 2025 tenham sua conclusão e a emissão dos respectivos títulos apenas em 2026 e 2027. Assim, o descompasso observado tende a ser mitigado nos exercícios

subsequentes, à medida que os processos em andamento sejam concluídos e a capacidade operacional ampliada se converta em entregas físicas efetivas.

1.1.5.2. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar (RP)

Esta seção destaca o índice de despesa de exercícios anteriores - DEA – que é a despesa de exercício encerrado, para a qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la, ou que não se tenha processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. Ademais, destaca, também, a previsão de restos a pagar, que são as despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício. O objetivo desses índices é evidenciar fatos que ocorrem na execução da ação orçamentária e podem comprometer a eficiência da ação governamental. Menores valores desses índices refletem menores intercorrências na execução do que foi planejado no orçamento anual, com cumprimento do cronograma de pagamento das obrigações assumidas com terceiros para execução da política pública. São indicadores que visam medir a excelência dos processos internos na perspectiva do esforço governamental.

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Programa

Ano:2024		
Programa/Órgãos	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo	25,25	2,05
SDR	25,25	2,05
4130 - Regularização Fundiária para Agricultor Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais	25,25	2,19

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Programa

Ano:2025		
Programa/Órgãos	DEA	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo	282,56	11,60
SDR	282,56	11,60
4130 - Regularização Fundiária para Agricultor Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais	282,56	12,20

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2024		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo	480,29	28,88
SDR	480,29	28,88
4130 - Regularização Fundiária para Agricultor Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais	480,29	30,31

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)

Ano:2025		
Programa/Órgãos	RP	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
415 - Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo	108,632	4,27
SDR	108,63	4,27
4130 - Regularização Fundiária para Agricultor Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais	108,63	4,48